



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 3 - 2021/2025

Data da Sessão : 24 de fevereiro de 2022

Início da sessão: 10:00 horas

Términus da Sessão: 12:30 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, Vera Lúcia Marques da Silva, José António dos Santos Almeida, Pedro Manuel Marques Jana, Margarida Maria Marques Cardoso, Francisco Manuel Neto Dias Correia, César Augusto Mendes Dias, Catarina Alexandra Martins, Carla Isabel Silva Loureiro, Cláudia Sofia Marques Cordeiro, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Andreia Alexandra Valério Baço, António Vicente Alves Reis, Luís da Silva Pires, José Casimiro, Carlos Alberto Farinha Leitão, Carla Cristina Marques Martins, António Joaquim da Silva Alves, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Mendes Martins

Faltas Justificadas:

Luís Filipe Aparício Lopes, Rogério Paulo Marques de Matos

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

**Acta N.º 3 - 2021/2025
24 de Fevereiro de 2022**

-----**INICIO**-----

--- Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, reuniu no Auditório do Centro Cultural Elvino Pereira, em Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.**
- 2) Discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 26 da Lei 25/2013, de 12 de Setembro.**
- 3) Análise e eventual deliberação de pedido de apoio financeiro da Junta de Freguesia de Amêndoa;**
- 4) Discussão e votação de proposta de Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo.**
- 5) Discussão e votação do Mapa de Fluxo de Caixa relativo ao ano de 2021.**
- 6) Discussão e votação de utilização de Saldo de Gerência do ano económico de 2021.**
- 7) Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental referente ao ano de 2022.**
- 8) Discussão e votação de proposta de Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal de Mação.**
- 9) Discussão e votação de proposta de abertura de procedimento para Concessão da Exploração da Albufeira e Parque de Campismo de Ortiga.**
- 10) Discussão e votação de proposta relativa a Transferência de Competências na área da Ação Social.**
- 11) Discussão e votação de proposta relativa a Transferência de Competências na área da Saúde.**

12) Discussão e votação de proposta relativa a Transferência de Competências na área da Educação.

13)Análise de pedido de alargamento de área construtiva – Outeiro da Forca

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Sr. Presidente da Mesa procedeu à instalação do vogal António Vicente Alves Reis, com o Cartão de Cidadão nº 02185820, válido até 3 de janeiro de 2029, que substitui o vogal Daniel Fernando Marques Lopes Jana, que justificou a sua fala em devido tempo e foi também instalada a vogal Beatriz Tavares Pereira com o Cartão de Cidadão nº 14508016, válido até 14 de fevereiro de 2024, que substitui o vogal Rogério Paulo Marques de Matos, que justificou a sua fala em devido tempo

O Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão a acta da sessão de novembro de 2021.

--- O vogal José Fernando Martins solicitou que a acta seja enviada junto com os documentos da Ordem de Trabalhos pois a mesma foi enviada por email, muito em cima da data da Assembleia e não teve tempo de a ler.

Posta à votação, a acta foi aprovada com uma abstenção e não tendo votado os 2 vogais instalados nesta sessão.

Em seguida deu conhecimento aos presentes, da correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

---A vogal Carla Loureiro iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção deixando uma declaração de repúdio relativamente à guerra da Ucrânia pois considera que, como europeus que somos, sentimo-nos muito afetados por esta guerra e considera que a mesma era completamente desnecessária. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente às Eleições Legislativas de 30 de janeiro de 2022, o povo de Mação escolheu e o povo de Portugal escolheu e deixa o seu voto de congratulação e satisfação relativamente ao facto do partido mais votado ser aquele que representa nesta bancada. Termina a sua intervenção referindo que gostaria de deixar um alerta sobre a acessibilidade a Mação, considerando que há duas formas de chegar a Mação, por via férrea e via automóvel e, tendo em conta que a Câmara teve, recentemente, contacto com as infraestruturas de

Portugal, deixa um alerta para a questão das melhorias nas estações, quer a de Ortiga, quer a de Barca da Amieira, porque muitas pessoas utilizam o comboio nas suas deslocações para vir para Mação ou para se deslocar a outros locais fora do concelho. Considera que está na altura de fazer uma intervenção, de modo a que estas duas infraestruturas tenham condições dignas, nomeadamente as casas de banho, que sabe não ser da responsabilidade da Câmara mas considera que a mesma deve interpelar as Infraestruturas de Portugal para fazerem estas obras de melhoria das condições das referidas estações. Referiu ainda que o acesso à A23, desde a rotunda da Zona Industrial até à A23 também já precisa de alguma reestruturação para que Mação tenha uma acessibilidade e uma visão diferente para quem sai na A23 até Mação pois considera que aquele acesso não é muito bonito nem digno da nossa vila.

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção solicitando informação sobre se já foi pensado algo no sentido da manutenção da Ponte da Ladeira, considerando que é um processo difícil mas que considera importante. Continuou a sua intervenção solicitando informação sobre como está o processo do novo PDM de Mação. Termina deixando um alerta sobre os equipamentos municipais colocados no Rio Tejo, em Ortiga, se os mesmos estão devidamente licenciados pois teve conhecimento, pela comunicação social que o Município de Ferreira do Zêzere foi multado por equipamentos colocados no Rio Zêzere.

--- O vogal César Dias iniciou a sua intervenção referindo que a Freguesia de Carvoeiro tem necessidade de reparação de estradões florestais pois existem alguns, dos principais, completamente obstruídos e outros em que a circulação se encontra impedida por desmoronamento de barreiras, por restos de madeiras e outras causas e, alguns dos estradões não têm intervenção desde 2003 e solicita colaboração da Câmara para, em conjunto com a Junta de Freguesia, melhorarem aquela situação. Continuou a sua intervenção relembrando a necessidade da reconstrução da Ponte do Lagar da Rouqueira pois a ponte faz falta para muitas pessoas de Carvoeiro que têm olivais do outro lado, que é Concelho de Proença, mas as propriedades são de pessoas do nosso concelho e, para além disso, é uma via de passagem necessária naquele local.

---O vogal José António Almeida iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção referindo que amanhã, dia 15 de fevereiro de 2022, se vai realizar a inauguração dos Passadiços de Ortiga e deixa uma palavra ao trabalho desenvolvido pelo executivo para aquele território. Mais referiu que toda a gente sabe o potencial turístico que a Ortiga tem e aquela obra veio enriquecer de sobremaneira esse potencial e dar uma visibilidade diferente e dar mais um elemento de atração para o nosso concelho. Continuou a sua intervenção referindo que, enquanto profissional de Educação, quer deixar o reconhecimento e agradecimento ao trabalho que brevemente se vai iniciar nas duas escolas mais representativas, a EB2+S e a Escola Básica de Mação pois vão ser duas intervenções de vulto e considera que quem vai ficar a ganhar são as nossas crianças, a comunidade escolar e, em consequência, todo o Município de Mação.

--- O vogal Rui Dias iniciou a sua intervenção referindo que, em complemento da intervenção da vogal Carla Loureiro, a Junta de Freguesia de Ortiga tem conhecimento, através dos engenheiros das Infraestruturas de Portugal, que, ou a Câmara ou a Junta de Freguesia pagam a água ou irão destruir as casas de banho da estação de Ortiga. Mais referiu que a Junta de Freguesia já colocou os sanitários e reparou as canalizações e autoclismos na estação e não vai investir mais naquele local e deixa a questão se a Câmara estará na disponibilidade de pagar a referida água daqueles sanitários. Continuou a sua intervenção referindo que ontem verificou que já andam a substituir luminárias em Ortiga e solicita informação sobre se a Câmara tem conhecimento deste facto, se há algum plano de trabalhos pois começaram de um lado, depois saltaram, foram a outro lado, deixam duas ou três pelo meio por substituir e continuam e em Mação viu que o procedimento era semelhante pelo que solicita informação da Câmara sobre esta matéria.

--- O vogal José Fernando Martins iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente à intervenção que a Câmara está a fazer nos estadões florestais na área da antiga freguesia de Aboboreira, tem conhecimento que a máquina está por lá e solicita que, na localidade de Chão de Codes, fosse tido em conta a abertura de cerca de 300 metros de um novo estradão, na zona limite com o Concelho de Vila de Rei, sendo que a base do estradão já lá está, por trás da antiga

pecuária Beiracodes, porque em 2003 e em 2017 foi por aquele lado que o fogo entrou dentro da localidade de Chão de Codes e por isso era importante fazer aqueles 300 metros de estradão para complementar e, uma vez que a máquina está naquela freguesia, solicita que a Câmara possa olhar para aquele bocadinho que serviria de proteção em termos de incêndios florestais e serviria também aquele vale em termos de agricultura. Continua a sua intervenção referindo que tem algumas dúvidas relativamente à Tabela de Taxas e Licenças, nomeadamente a que está publicada no site da Câmara, que diz ser de 2020, a Lei diz que é competência da Assembleia Municipal alterar a referida Tabela de Taxas e Licenças e, portanto, talvez não tenha encontrado toda a informação sobre a última alteração mas a que está publicada é de 2020 e o aviso da última alteração, que encontrou, é de 2018, parecendo-lhe haver aqui uma clara desatualização dos dados que são disponibilizados e públicos. Mais referiu que também não encontrou o Regulamento de Taxas e Licenças e deixa o desafio à Câmara Municipal pela necessidade de atualizar toda esta informação, que procurasse objetivar este documento e o submetesse à aprovação da Assembleia Municipal para tudo ficar em ordem e também porque considera que a mesma necessita efetivamente de ser atualizada e revista e dá o exemplo da taxa das vistorias que são pagas pelos munícipes, que se tiverem deslocação em veículo municipal, acresce 1,05€ por quilómetro, o que considera ser de uma extrema injustiça e não tem nada a ver com a dinâmica da coesão territorial que todos queremos dar e que deve ser corrigida pois é uma questão de injustiça. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente às faixas que estão a ser feitas, foi-lhe respondido aqui que as áreas não ardidadas que não estavam a ser feitas iriam ser feitas à posteriori, mas o caso concreto que referiu foi uma área verde que foi limpa a seguir a uma área que não foi limpa em Vale de Abelha, da Igreja até aos eucaliptos, era área de pinhal que não ardeu, os eucaliptos ficaram e a seguir voltou-se a limpar novamente e considera que há situações destas que são injustiças pois há sítios onde se limpa tudo a “torto e a direito”. Deixa uma recomendação, relativamente a essas faixas, parece-lhe que em alguns sítios, e acha que depende muito das empresas que estão a fazer o trabalho, se corta tudo a varrer e noutros se vai deixando, aqui e ali, algumas árvores e as pessoas olham para isto e pensam que há critérios diferentes. Termina chamando a

atenção que, em alguns sítios, se calhar era importante providenciar para ficassem algumas árvores porque elas contribuem muito para a estabilidade das barreiras da estrada. Deixa outro exemplo de eucaliptos que não foram cortados, na estrada do Alto do Pereiro para Aboboreira, tendo sido limpo dos dois lados da estrada e refere que mais pessoas olham para estas coisas e, apesar de ter concordado com a resposta que lhe foi dada na anterior sessão, averiguou melhor e considera que há ainda algumas coisas por esclarecer. Deixou ainda uma chamada de atenção para a situação da estrada de Chão de Codes para a Louriceira em que verificou que tudo o que foi boa madeira e árvores de grande porte, foram levados e as pequenas arvorezinhas das barreiras, que vão crescer e vão dar problemas, continuam lá, assim como os balseiros, que são perigosos quando há incêndios e considera que terá de haver uma fiscalização maior na execução destes trabalhos, sendo a sua intenção de ajudar, pois estes trabalhos são pagos e, por isso, devem ficar bem feitos.

--- A vogal Andreia Baço referiu que, na última sessão desta Assembleia foi solicitado à Mesa listagem de funcionários da Câmara que tinham acumulação de funções e reitera o pedido.

---O Sr. Presidente da Mesa informou que tem em seu poder a resposta da Câmara e entregou a mesma à vogal Andreia Baço.

--- O vogal José Casimiro iniciou a sua intervenção solicitando informação sobre como está a situação do problema da estrada dos Martinzes. Continua a sua intervenção solicitando se será possível os sapadores florestais limparem um balseiro junto à ETAR, à saída de Aldeia de Eiras. Terminou a sua intervenção informando que as ramadas dos sobreiros estão a tapar os sinais na estrada de Chão de Lopes, à entrada da povoação, bem como junto à paragem do autocarro e solicita o corte das mesmas.

---O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e fazendo votos que a entrada no ano de 2022 tenha sido como todos desejavam. Continuou a sua intervenção associando-se ao repúdio pelo que está a acontecer na Ucrânia, mencionado pela vogal Carla Loureiro. Relativamente às Eleições Legislativas referiu que o povo escolheu, a democracia é assim e já tinha sido assim também em setembro, nas Eleições Autárquicas. Em relação às acessibilidades a Mação referiu que partilha

inteiramente de tudo o que foi dito pela vogal Carla Loureiro, quer ao abandono da estação ferroviária de Ortiga, informando que as Infraestruturas de Portugal nunca falaram com a Câmara sobre o assunto da água ou dos sanitários, tendo havido há alguns anos algumas conversações sobre a estação da Barca da Amieira mas há, claramente, uma estratégia de abandono deste tipo de instalações, por parte das Infraestruturas de Portugal e, relativamente àquilo que a Câmara poderá fazer, evidentemente que poderá officiar de forma a tentar uma sensibilização para esta situação que ninguém gosta e, em relação à questão da água, a Câmara pagará a água, de forma a evitar que as pessoas não tenham um mínimo de condições na utilização da estação de Ortiga. Em relação à acessibilidade à A23, referiu que convém relembrar este assunto que andou a ser debatido na Câmara desde 2002 ou 2003 e que, durante anos, não foi possível resolver este assunto da assunção de responsabilidades daquela estrada, que é uma estrada nacional e, felizmente conseguimos resolver o assunto em 2014, com base numa negociação com as Estradas de Portugal em que as mesmas assumiram a responsabilidade daquela estrada e, nesse sentido, foi feita uma intervenção há relativamente pouco tempo, para minorar os problemas que lá existem e partilha da opinião da vogal Carla Loureiro de que a estrada devia ser mais arranjada mas, depois da reunião que teve com as Infraestruturas de Portugal, em dezembro, onde conseguimos chegar a um entendimento relativamente à acessibilidade da estrada do nó da A23 para os Envendos, e daquilo que lhe foi dito sobre a situação precária daquela entidade, teme que não haja verbas para fazer qualquer intervenção com significado e que possa alterar aquela estrada. Mais referiu que a Câmara pode e deve pressionar, fazer aquilo que é a sua obrigação neste e noutros casos mas as expectativas que tem, relativamente a uma solução positiva nestas matérias é muito pouco efetiva, tendo em conta aquilo que lhe foi transmitido e as dificuldades económicas e financeiras que aquela empresa tem.

Relativamente à intervenção do vogal António Reis e no que diz respeito à Ponte da Ladeira, informou que há uma conversa e um pacto estabelecido entre a Câmara de Mação e a Câmara de Proença-a-Nova para resolver o problema dessa ponte e também da Ponte da Rouqueira. Em relação ao PDM, está praticamente concluída a versão final, relativamente a perímetros urbanos

e relativamente àquilo que são as especificações que as entidades estão a exigir, temos tido muitos problemas e muitas dificuldades naquilo que é a delimitação da Reserva Ecológica Nacional, da Reserva Agrícola Nacional, para ser incorporado dentro do Plano, estamos condicionados pelo tempo, porque, supostamente, até final do ano, temos de ter o Plano devidamente aprovado e, por exemplo, estamos desde junho à espera da Direção Regional de Agricultura se pronuncie sobre a Reserva Agrícola Nacional e, uma vez que passaram os prazos previstos, a Câmara deu como boa a sua proposta, uma vez que eles não emitiram parecer. Mais referiu que, no decurso do tempo de elaboração surgiram algumas alterações legais que não vieram facilitar o trabalho e outras questões que foram surgindo e têm provocado alguns atrasos no trabalho. Relativamente aos equipamentos e à multa de Ferreira do Zêzere, considera que Mação não tem situações semelhantes, pelo menos que tenha sido reportada e não tem informação de que possa surgir algum problema. Relativamente à intervenção do vogal César Dias e à intervenção na Ponte do Lagar de Rouqueira, referiu que esta ponte foi danificada aquando da depressão Elsa, foi feita uma candidatura pela Câmara de Mação para fazer a reconstrução daquela ponte e de muitas outras infraestruturas, nomeadamente a Praia Fluvial de Carvoeiro e foi atribuído um montante de cento e poucos mil euros, que pouco mais dá que para pagar a intervenção na Praia Fluvial e, por isso, a Câmara terá de fazer essa reconstrução com os seus meios e com uma ínfima parte atribuída a essa reconstrução e aquilo que falou com o Presidente da Câmara de Proença-a-Nova foi no sentido de estabelecer um protocolo entre as duas autarquias para se fazer essa reabilitação e como a Câmara de Proença não fez candidatura no âmbito da depressão Elsa, a Câmara de Mação assumirá todo o custo da obra e será depois ressarcida pela Câmara de Proença-a-Nova, da parte que lhes couber e espera que, por altura da próxima campanha do azeite, este assunto esteja resolvido. Em relação à intervenção do vogal José António Almeida e sobre a inauguração dos Passadiços de Ortiga, informa que será amanhã e deixa o convite a todos os que quiserem estar presentes, pelas 11 horas, no local. Mais refere que considera estar ali um bom investimento que pode ajudar a potenciar algumas coisas interessantes no nosso concelho. Em relação às escolas, a requalificação da EB1+JI, o espaço exterior está praticamente concluído e para a próxima

semana serão consignadas as obras de requalificação do pavilhão municipal e também da escola básica 2,3+S de Mação, que no seu conjunto implicam um investimento de mais de 700.000,00€ e que considera que vai dotar o concelho de melhores instalações, quer para a prática desportiva das crianças e jovens da escola mas também da população em geral e a escola sede também ficará com melhores condições. Relativamente à intervenção do vogal Rui Dias, referiu que lamenta a postura de total abandono da estação de Ortiga por parte das Infraestruturas de Portugal, já o referiu e, uma vez que a IP não tem falado com a Câmara, se falarem com a Junta de Freguesia, pode transmitir que a Câmara está na disponibilidade de pagar a água para que, ao menos, não destruam as casas de banho. No que diz respeito à substituição das luminárias, referiu ter conhecimento que a EDP tem um plano para a substituição das mesmas, apresentou, em tempos, esse plano à Câmara, não sabe em concreto o que estava previsto fazer em Ortiga mas é verdade que não estão a fazer tudo de seguida e estão a fazer algumas coisas que não se compreendem aqui em Mação e um pouco também por todo o concelho mas a Câmara poderá chamar a atenção da EDP de forma a haver uma maior uniformidade nestas intervenções. Em relação à intervenção do vogal José Fernando Martins, e no que concerne à Tabela de Taxas, referiu que o executivo tem já em mãos para fazer a revisão de toda a Tabela, esta foi revista em 2009 ou 2010 e, de facto, há muitas situações que carecem de ser vertidas nessa Tabela, na sua regulamentação, adequadas às novas realidades pois, há, de facto um desfaseamento total. Relativamente à questão da taxa das vistorias que, se tiverem deslocação em veículo municipal, acresce 1,05€ por quilómetro, pensa que já estava prevista desde há muito tempo, não é de agora mas fica a sugestão do vogal José Fernando Martins para que, na próxima Tabela seja revisto e considera que faz sentido essa observação. Relativamente à intervenção do vogal José Casimiro e em relação à estrada dos Martinzes, informou que a Câmara teve dificuldade na aquisição de alcatrão para fazer a intervenção que era necessária mas já está resolvido e pensa que, na próxima semana, haverá possibilidade de ter já material suficiente para fazer essa intervenção e acabar aquela obra. No que diz respeito às estradas de Chão de Codes referiu que as mesmas são estradas nacionais e a responsabilidade sobre as mesmas é das Infraestruturas de Portugal e a Câmara poderá indagar

junto deles qual é a questão em concreto para garantir a segurança das pessoas.

---O Sr. Vereador António Louro iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente à questão do vogal César Dias, sobre os estradões da freguesia do Carvoeiro, temos tido grandes problemas com os estradões, o concelho ardeu na sua esmagadora maioria, naturalmente as operações de extração da madeira ainda ajudaram a degradar mais os estradões e há um imenso trabalho a fazer, pois não faria sentido nenhum estar a fazer requalificação de estradões durante o período de extração das madeiras e também há uma série de procedimentos que também andam a decorrer e irão atuar em alguns dos locais. Mais referiu que, neste momento, está já iniciada uma empreitada muito significativa em que anda uma empresa já no terreno que está a fazer a reparação dos aquedutos e de algumas manilhas que arderam em sítios onde tínhamos tubos plásticos, sítios onde havia problemas crónicos de escoamento de águas, neste momento está a trabalhar na zona de Envendos e o que está a fazer é a por manilhas, repôs bocas de aquedutos e depois, nesses estradões, fazer o conserto das plataformas até os ligar às estradas alcatroadas. Mais referiu que é uma empreitada que está identificada desde a fase após os incêndios, quais são os locais a intervir e, portanto, não é fácil para a Câmara, acrescentar algo ou tentar resolver um problema paralelo, porque é uma empreitada que está entregue a uma empresa, que deu um preço para realizar aqueles trabalhos e não é possível grandes alterações, mas são bastantes os locais onde vai haver intervenções e são aqueles sítios onde, muitas vezes, há problemas crónicos no escoamento das águas. Referiu ainda que não se deve estranhar se esta empreitada saltar de uns locais para outros pois salta para os locais que se considerou serem os mais gravosos e que, em termos de aquedutos e travessias e passagens de água, precisavam de intervenção. Mais informou que foram reiniciados, por parte da Câmara, os trabalhos de manutenção dos estradões, fomos à zona de Aboboreira, à zona de Aldeia de Eiras e, neste momento estamos na zona do Castelo e estamos, naturalmente, dispostos a ir a sítios que, pela severidade da situação, seja necessária uma intervenção mais premente para recuperação da transitabilidade. Informou ainda que há locais dos quais as pessoas deram conhecimento de estarem intransitáveis e

solicitaram intervenção e os serviços da Câmara não foram lá pois os mesmos estavam inseridos nesta empreitada e serão reparados pela empresa que está a realizar a empreitada.

Relativamente à intervenção do vogal José Fernando Martins e sobre a questão da empreitada de limpeza das faixas, referiu que enviou para o mesmo a cartografia de vários locais ilustrativos dos locais que são limpos, que fazem parte da empreitada e os que ficam por limpar, por serem área verde e não fazem parte da empreitada. Mais referiu que esta empreitada tem centenas de quilómetros de intervenção e há, com certeza, situações que não consegue explicar sobre alguns locais específicos mas vai tentar saber o que se passa, porque poderá até ter sido o proprietário que limpou, mas os dados que lhe enviou são os trabalhos que a empresa é obrigada a realizar pois constavam do caderno de encargos da empreitada e que foi aceite em sede de candidatura pois se tivéssemos integrado áreas não ardidadas, as mesmas não seriam aceites. Lembra ainda que há outra situação a considerar que é, se o proprietário, eventualmente, fez uma candidatura a alguma medida comunitária, e identificou a sua parcela nos registos do parcelar, ainda que tivesse toda a justificação que fosse feita a faixa, nós não conseguimos incluir essa parcela na candidatura, que é a situação que se verifica, por exemplo, a seguir à ponte do Aziral, em que as faixas saltam ali algumas propriedades, sem ninguém perceber porquê. Relativamente à questão sobre que umas vezes cortam tudo e outras vezes deixam material, referiu que as indicações que existem neste momento são que as faixas, nos 10 metros ao lado das estradas, as árvores devem ficar a 9 metros de copa para copa, mas há situações e locais onde não há nada, ardeu tudo e, de repente, numa propriedade sobraram 8 ou 9 pinheiros, que até sobreviveram ao incêndio e, neste caso, sempre que possível, pede para os deixarem pois considera não fazer sentido cortá-los, mas algumas vezes têm mesmo de ser cortados porque a fiscalização pode não deixar que fiquem. Mais referiu que é importante lembrar que, se é uma empreitada que já está finalizada e paga, então a Câmara terá de responder por ela e se aceitar algo mal feito, terá de dar a cara pelo que foi feito mas, outra coisa é uma empreitada que está a decorrer e é preciso separar esses processos pois as empresas que ganharam as empreitadas contrataram subempreiteiros, algumas vezes diferentes para trabalhos diferentes e, estando

as coisas a decorrer, é natural que, muitas vezes, um subempreiteiro faça mal o trabalho dele, a Câmara chama a atenção à empresa que tem a responsabilidade, a empresa tem de chamar a atenção do subempreiteiro e até que este corrija as coisas, demora tempo e, além disso, há um ponto essencial que é o facto dos trabalhos estarem a decorrer e não estão aceites pela entidade, ainda que a empresa já tenha saído do local, já esteja mais à frente, a fiscalização tem de aceitar os trabalhos e muitas vezes isso não acontece e a empresa tem de voltar a fazer o que a fiscalização mandar, como já tem acontecido em algumas ocasiões. Termina referindo que os trabalhos não estão, na sua esmagadora maioria, aceites pela fiscalização, ainda estão a decorrer e, em relação aos exemplos que o vogal deu, irá tentar saber o que se passa nessas situações específicas.

--- O vogal José Fernando Martins interveio, relativamente à questão da substituição das luminárias que foi aqui abordado, informou que em 2016 foi feito um levantamento ao nível das freguesias para serem desligadas muitas luminárias que estavam em locais onde já não faziam falta e, na altura, em conjunto com a Eng^a Sónia e com o Sr. Vereador Vasco Marques fizeram esse levantamento e, em Vale de Amêndoa foram desligadas, e muito bem pois não vive lá ninguém, só que, depois, há pouco tempo, foram substituídas para lá e agora estão lá, durante a noite, a iluminar as balsas e as estevas. Deixa este alerta à Câmara pois considera que a EDP não anda a fazer bem o seu serviço e a Câmara está a pagar aquela iluminação pública que já tinha sido decidido que não fazia falta, bem como na saída de Penhascoso, numa zona onde se tinha decidido que não faziam falta as luminárias e que seriam desligadas e a EDP substituiu-as por lá e deixaram-nas todas ligadas novamente. Deixa o alerta, pois é desperdício e a Câmara poderá fazer estes reparos à EDP.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

Em complemento à informação prestada, o Sr. Presidente da Câmara informou que as obras das piscinas municipais descobertas decorrem a bom ritmo e a expectativa da Câmara é que estejam finalizadas no mês de julho. Mais informou que a reabilitação da EB 2,3+S e o Pavilhão estão ambas as obras consignadas e espera que tenham o seu início durante o mês de março. Informou ainda que, relativamente à obra de requalificação da Praia Fluvial de Ortiga, o concurso ficou deserto e a Câmara está a tentar encontrar uma solução e o mesmo se passa relativamente ao piso 0 do Museu, cujo concurso também ficou deserto, mas há a expectativa de que possamos vir a fazer um ajuste direto. Em relação à Casa do Cidadão de Cardigos informou que a obra está concluída e espera poder fazer a sua inauguração durante o mês de março ou abril., e o mesmo se passa em relação ao Cine Teatro, que será inaugurado no dia 25 de abril, estando já aprovada a concessão do bar do Cine Teatro, ontem, em reunião de Câmara. Terminou referindo que é convicção do executivo que existirão todas as condições para se realizar a Feira Mostra este ano e, nesse sentido a Câmara já reiniciou os procedimentos para que a Feira Mostra se realize nos dias 29 e 30 de junho e 1, 2 e 3 de julho de 2022.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: 2) **Discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 26 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.**

--- A vogal Cláudia Cordeiro iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, que a bancada do PS solicitou para ser introduzido, as alterações que a bancada do PS introduziu no documento já tinham sido feitas, foi a reciclagem de um trabalho que já tinha sido feito por uma comissão, no mandato anterior, pelos vogais José António Almeida e António Vicente Reis, que já se tinham debruçado sobre este assunto e a bancada do PS considera lamentável que não se considere o trabalho feito pois é um trabalho de muito valor, que foi feito em parceria para o qual se deve voltar a olhar e, foi com essa intenção que foi solicitada a introdução deste ponto na Ordem de Trabalhos. Mais referiu que, relativamente ao documento que é apresentado como proposta da bancada do PS, em linhas gerais, trata-se de, por um lado, correções de gralhas e pequenas imperfeições e, por outro lado, algumas alterações com fundo mais estrutural, que têm mais

a ver com o funcionamento desta Assembleia. Continuou referindo que, em linhas gerais, propõem alterações, nomeadamente, à possibilidade dos membros da Assembleia poderem propor alterações ao Regimento, receber, através da Mesa, documentos respeitantes aos assuntos agendados, a descentralização do local das sessões, para conseguirmos chegar a mais municípios pois, num concelho tão grande, fazer as sessões sempre em Mação parece-lhes pouco democrático, realizarem-se à sexta-feira, também pela questão da adesão das pessoas e porque reconhecem que penaliza menos a vida pessoal de quem quer vir assistir a estas sessões, o alargamento do período de antes da ordem do dia de 60 para 90 minutos, permitir uma segunda intervenção aos membros, alteração à publicidade que é feita às Assembleias Municipais, aproveitando melhor as redes sociais pois, na sua opinião, muitas vezes não são bem aproveitados os recursos que o município tem para fazer publicidade a estas sessões, a transmissão em direto das sessões. Mais referiu que, olhando para o que acabou de expor, que são as propostas da bancada do PS de alteração ao Regimento, reconhece que já se praticam muitas destas coisas porque já existe, por parte da Mesa e deste grupo de pessoas, uma abertura muito grande relativamente a várias destas questões, mas elas não estão inscritas no Regimento e sendo que já se praticam muitas destas coisas que acabou de enumerar, considera uma pena as mesmas não estarem escritas no Regimento, pelo que se deve fazer isso e não permitir que o documento continue obsoleto só porque é assim que se tem feito. Considera que não custa nada pensar nestas pequenas alterações pois as mesmas visam a igualdade, a justiça, a transparência e nada mais e considera que é um bom momento para o fazer. Continuou a sua intervenção referindo que a bancada do PS ficou um pouco confusa com o que se está a passar pois solicitaram a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos, a discussão da sua proposta de Regimento e na documentação para esta sessão receberam dois Regimentos denominados como proposta PS e outra, proposta PSD. Mais referiu que, pelo que entendeu, a bancada do PSD não aceitou a proposta da bancada do PS e apresentou uma proposta sua. Referiu ainda que ficou triste e dececionada porque, ao abrir o documento, achou ilustrativo de muito pouco compromisso pois o que verificou foram alterações de português e pensa que conseguiam fazer muito melhor e gostava muito que a bancada do PSD se aliasse ao

projeto de Regimento da bancada do PS, mas isso não se verificou, tendo apresentado uma proposta que apenas e só contém correções de português, o que considera uma pena pois era uma oportunidade salutar para entrarem em diálogo construtivo sobre o Regimento e esperava mais.

--- O vogal José Fernando Martins referiu que, em complemento à intervenção da vogal Cláudia Cordeiro, temos um Regimento que é do PSD e temos um Regimento que é das duas bancadas porque a proposta de Regimento que o PS enviou para que aqui fosse discutido e votado é um documento que foi trabalhado por uma comissão, no mandato anterior, que contém as propostas dos dois partidos e, por isso, considera que era de todo útil que esse trabalho não fosse desperdiçado e pudesse ser aproveitado pois foi um trabalho das duas bancadas.

--- O vogal José António Almeida iniciou a sua intervenção referindo que é verdade que se reuniu com o vogal António Vicente Reis e elaboraram uma proposta de Regimento no mandato anterior mas considera que tudo tem o seu tempo e nunca foi, por parte da anterior Assembleia Municipal, uma prioridade agarrar nesse trabalho e levá-lo a discussão. Mais referiu que lhe parece abusivo dizer que a proposta do PS seja, no fundo, uma proposta das duas bancadas porque isso é uma interpretação abusiva e o que aconteceu foi que, um elemento de cada bancada, não podem vincular o partido na sua totalidade porque ele não teve consequências a seguir, ou seja, os partidos nem sequer a discutiram, portanto, o que ali estava era na altura, e estamos a falar de há 4 anos atrás, em que o enquadramento era um, as motivações eram umas, os protagonistas eram outros e isso é também importante e hoje já lhe parece um pouco abusivo que se possa agora trazer para aqui e apropriar das pessoas pois as pessoas são diferentes, na altura todo o enquadramento era diferente. Mais referiu que não vai agora desdizer tudo aquilo que disse na altura mas na altura tinha um determinado contexto e um determinado enquadramento e uma determinada leitura da situação que hoje não é totalmente coincidente e, por isso, o eu estamos aqui a votar é uma proposta do PS, que por acaso tem lá algumas ideias do José António Almeida de há 4 anos e uma proposta do PSD que mantém o essencial, porque o Regimento tem o fundamental necessário para o funcionamento desta Assembleia.

--- O vogal Duarte Marques inicia a sua intervenção referindo que a discussão política do Regimento se faz desta forma, há um Regimento, o PS apresenta propostas a esse, a base deste Regimento que não é de nenhum partido, é da Assembleia Municipal e está cá há anos, e o que o PS se limitou a fazer foi pegar em algumas propostas para alterar o Regimento em vigor porque 99% do Regimento é o mesmo. Mais referiu que a bancada do PSD não ia chegar aqui e copiar as propostas do PS pois seria plágio, portanto, num debate político do Regimento, o PS traz propostas de alteração e o PSD traz também propostas de alteração, não é o Regimento do PSD ou do PS, isso é absurdo e não faz qualquer sentido, portanto, o que estamos aqui a discutir são as propostas de alteração ao Regimento de ambos os partidos e é sempre assim que se processa, com propostas de ambos para serem discutidas e votadas. Mais referiu que temos de ser justos, a indignação do PS face às falhas deste Regimento é completamente justificada pois o documento contém erros completamente estúpidos e tão básicos que denotam que ninguém o leu. Continuou referindo que, conforme foi dito pela vogal Cláudia Cordeiro, muito do que é proposto pelo PS, já se pratica, mas considera haver alguns pontos que são divergentes nas propostas e refere que, nas alterações propostas pelo PSD gostaria de acrescentar duas, que são dois erros que escaparam e continua referindo os pontos que são de discórdia:

Em primeiro lugar, o Regimento serve para organizar a vida dos membros na mesma e, ao positivar todas as regras, isso tem uma consequência, vamos ficar com essas regras, nomeadamente de tempos de intervenção que ficarão determinados e obrigatórios e quem anda aqui há algum tempo sabe que esta Assembleia Municipal é a mais informal que existe, nunca ninguém impediu ninguém de falar ou até de interromper alguém no uso da palavra e tem sido sempre assim. Referiu que compreende a intenção da proposta de por os tempos fixos mas considera que isso só irá prejudicar os membros da bancada do PS, que ficará com as intervenções reduzidas a essas regras e, na sua opinião é melhor manter o bom senso das partes e do Presidente da Mesa, que às vezes até é demais, permitindo algumas vezes interrupções e intervenções demais, mas nunca ninguém deixou de falar e por isso a proposta do PSD é não aceitar a proposta do PS de fixar os tempos.

Em segundo lugar, sobre as transmissões online, referiu que as mesmas estão previstas no Regimento, é preciso é insistir para que o Presidente da Assembleia Municipal encontre meios com a Câmara para fazer essas transmissões, porque o Regimento já prevê as transmissões e por isso não vale a pena estar a acrescentar mais nada.

Em terceiro lugar, sobre o tempo de antes da Ordem do Dia, referiu que o PSD é contra a proposta de passar de 60 para 90 minutos pois consideram que 60 minutos é mais do que suficiente pois a Assembleia não reúne por esse período mas sim pela Ordem de Trabalhos e o período de 60 minutos de Antes da Ordem do Dia tem sido sempre suficiente para a apresentação dos assuntos que os membros entendem apresentar, não se recordando de alguém ter sido impedido de apresentar um assunto nesse período por se ter esgotado o tempo.

- Em quarto lugar, a questão do período de intervenção do público, referiu que os membros desta Assembleia foram eleitos para representar o público, e é por isso que cá estão, mas existe um período em que as pessoas podem colocar questões e considera que colocar esse período antes da Ordem de Trabalhos desvirtua a própria Assembleia, devendo continuar a ser no final da mesma.

Continua a sua intervenção referindo que o PSD faz propostas de alteração e o PS também tem algumas, e algumas são coincidentes e outras não e, neste caso, ou se faz uma votação ponto a ponto, o que seria muito demorado ou então, vê-se aquilo em que há acordo, juntam-se duas pessoas, uma de cada bancada e em próxima sessão apresentam uma proposta conjunta com aquilo em que há acordo. Mais referiu que somente aquilo onde houver maioria poderá ser aprovado, mas deixa um agradecimento pelo empenho que a bancada do PS teve nesta matéria pois, de facto, corrigiram-se aqui alguns erros que são completamente absurdos.

--- A vogal Carla Loureiro referiu que, na última sessão, no final da mesma, falaram sobre reunir, antes da próxima sessão, para falar sobre o Regimento e ficaram a aguardar que houvesse uma reunião entre bancadas pois foi o próprio vogal Duarte Marques que levantou essa ideia, que teve a sua concordância. Como ninguém contactou até ao prazo legal para solicitar a inclusão de pontos na Ordem de Trabalhos, avançaram com esta proposta mas estão abertos a que não haja votação hoje e que se chegue a acordo na

próxima Assembleia, pois ainda há pontos que não foram referidos, nomeadamente os dias e as horas das sessões da Assembleia e que, para isso se crie um grupo de trabalho para rever outra vez o Regimento.

---O vogal Duarte Marques referiu que a vogal Carla Loureiro tem razão, mas ficou surpreendido deste ponto ter sido agendado para esta sessão e não reuniram pois não houve tempo e não pensava trazer este ponto a esta sessão devido à Ordem de Trabalhos ser bastante extensa, mas concorda que reúnam e vendo o que é comum, elaborem uma proposta que seja possível acordar.

Assim, ficou unanimemente decidido não haver votação das propostas apresentadas e ser promovida uma reunião entre a vogal Cláudia Cordeiro, da bancada do PS e o vogal Duarte Marques da bancada do PSD para elaborarem uma proposta de alteração do Regimento que será apresentada, discutida e votada em próxima sessão desta Assembleia Municipal.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **3) Análise e eventual deliberação de pedido de apoio financeiro da Junta de Freguesia de Amêndoa;**

---- O Sr. Presidente da Câmara informou que a Câmara e a Assembleia Municipal tinham deliberado conceder um apoio num montante até 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros) para a aquisição de uma retroescavadora que iria ficar ao serviço da Junta de Freguesia e também da Câmara e houve aqui necessidade de rever o montante em causa, fruto do preço que a Junta conseguiu para a aquisição da referida retroescavadora, o que implica que o valor agora proposto seja de 16.605,00€ (dezasseis mil, seiscentos e cinco euros), tendo aumentado o encargo para a Câmara em cerca de 4.100,00€ e a Câmara propõe que seja aprovado o apoio neste montante.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção referindo que a bancada do PS vai votar favoravelmente esta proposta. Mais referiu que já tinha sido presente pedido de apoio para uma aquisição no valor de cerca de 25.000,00€ e foi aprovado um apoio de 50% desse valor e agora vem esta informação de aumento do preço do equipamento e conseqüente aumento do apoio e, solicita que não lhe levem a mal as suas palavras mas refere que, se calhar, se a Junta de Freguesia de Amêndoa tivesse permanecido nas mãos do Partido Socialista, era dado o apoio anterior e estava decidido mas como o

membro da Junta de Amêndoa está sentado na bancada do PSD, se calhar é por isso que o pedido foi reanalisado.

--- O vogal Duarte Marques interveio para referir que esta intervenção do vogal José Fernando Martins é uma vergonha e, sobretudo porque vem com “pele de cordeiro” e a forma desleal com que fez esta intervenção é a mesma forma desleal com que, junto da população, muitas vezes, manipula informações sobre o que é a atividade da Câmara. Mais referiu que gostava que o vogal José Fernando Martins se levantasse e dissesse aqui quantas vezes é que esta Câmara o discriminou por ser do Partido Socialista. Referiu ainda que a referida intervenção não é digna desta terra, não é digna do passado do Partido Socialista porque, se tem provas do que disse, então apresente-as porque o que disse é injusto porque, se há característica que esta Câmara tem, e às vezes peca por excesso, é a forma como trata todos por igual e desafia-o a perguntar ao Presidente da Junta de Ortiga ou de Envendos se foram alguma vez maltratados pela Câmara Municipal de Mação ou mesmo se alguma Junta de Freguesia deste concelho, por ter mais ou menos votos no PS ou no PSD, foi alguma vez tratada de forma diferente. Referiu ainda que aquilo que disse, ao menos tivesse a coragem de o dizer sem ter dito “não me levem a mal”, porque isso é a conversa dos cobardes, e se desconfia da Câmara diga-o frontalmente. Considera lamentável e uma vergonha aquilo que foi dito pelo vogal José Fernando Martins e referiu que o PSD jamais ficaria calado perante a barbaridade que aqui acabou de dizer.

--- O vogal José António Almeida referiu que, relativamente à intervenção do vogal José Fernando Martins, se há coisa que não se pode acusar o executivo municipal liderado pelo Dr. Vasco Estrela, é de olhar de forma diferente as freguesias deste concelho pelas cores políticas e isso está provado em factos pois basta ver a quantidade de projetos, a quantidade de apoios e basta olhar para os Envendos, para a Ortiga e para a União de Freguesias, citando apenas as freguesias que não estão alinhadas politicamente com a Câmara, por isso não lhe parece minimamente sustentado em factos, as palavras que podemos ouvir na referida intervenção. Referiu ainda que, mais uma vez lhe parece que as palavras que têm dito, os factos vêm provar que é preciso elevar mais, ver os contextos em que as coisas são ditas, não as deturpar, não achincalhar e estarmos à altura dos órgãos que representamos porque quando estamos em

representação de um órgão, nem tudo nos é permitido, nós temos responsabilidades, estamos aqui em representação colegial, estamos a representar instituições e não podemos vincular essas instituições àquilo que nós dizemos e o Sr. Presidente da União de Freguesias José Fernando Martins não representou bem os fregueses da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira porque foi gastar o seu tempo com outros territórios que não lhe dizem respeito.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade atribuir um apoio no montante de 16.605,00€ (dezasseis mil, seiscentos e cinco euros) à Junta de Freguesia de Amêndoa para aquisição de uma retroescavadora.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: 4) **Discussão e votação de proposta de Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo.**

--- O Sr. Presidente da Câmara intervém para referir que esta é uma proposta da Câmara que vem para aprovação da Assembleia Municipal, na sequência de uma deliberação da Câmara, no sentido de autorizar a contratação de empréstimo, de médio e longo prazo, num montante de 954.206,57€ (novecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e seis euros e cinquenta e sete cêntimos), para financiamento de três obras em concreto, a Requalificação das Piscinas Descobertas; Estrada Pereiro Capela e Remodelação do Piso Zero do Museu de Arte Pré-Histórica de Mação. Informou que foram consultadas 5 entidades bancárias e, da análise das propostas recebidas, foi entendimento dos serviços e também da Câmara que este empréstimo fosse contratualizado com a Caixa de Crédito Agrícola, uma vez que tem a taxa Euribor e o spread mais vantajosos e solicita autorização à Assembleia Municipal para esta contratualização deste empréstimo.

Informou ainda que a Câmara não tem uma necessidade extrema deste empréstimo para concretizar os investimentos referidos, contudo, a prudência que considera que o executivo deve ter na gestão da Câmara, no sentido de ter liquidez para muitas outras situações e situações que surjam, levam o executivo a fazer esta operação, de forma a ter uma gestão mais tranquila dos dinheiros da Câmara.

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com nove abstenções, a contratação de empréstimo, de médio e longo prazo, num montante de 954.206,57€ (novecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e seis euros e cinquenta e sete cêntimos) à Caixa de Crédito Agrícola.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Discussão e votação do Mapa de Fluxo de Caixa relativo ao ano de 2021.**

--- O Sr. Presidente inicia a sua intervenção referindo que é presente o Mapa de Fluxo de Caixa, no valor de 3.208.679,07€ (três milhões, duzentos e oito mil, seiscentos e setenta e nove euros e sete cêntimos), e solicita aprovação do mesmo, conforme é habitual.

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade o Mapa de Fluxos de Caixa.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Discussão e votação de utilização de Saldo de Gerência do ano económico de 2021.**

--- O Sr. Presidente solicitou a autorização da Assembleia Municipal para a utilização do saldo de gerência de 2021, no montante de 3.208.679,07€ (três milhões, duzentos e oito mil, seiscentos e setenta e nove euros e sete cêntimos), possibilitando assim o reforço do Orçamento para 2022.

--- Seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade autorizar a utilização do Saldo de Gerência do ano económico de 2021.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental referente ao ano de 2022.**

--- O Sr. Presidente informou que esta 1ª Revisão Orçamental se deve à incorporação do saldo de gerência de 2021, reforçando o Orçamento para 2022, nas rubricas que o executivo entendeu adequadas para fazer face àqueles que são os objetivos do mesmo para o ano de 2022.

--- Seguidamente o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com nove abstenções, aprovar a 1ª Revisão Orçamental do ano de 2022.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 8) da Ordem de Trabalhos: **8) Discussão e votação de proposta de Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal de Mação.**

O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção informando que, relativamente a este ponto, o executivo detetou que havia a necessidade de dar cumprimento à legislação em vigor, no que diz respeito às Normas de Controlo Interno a que os municípios estão sujeitos. Mais informou que foi também objetivo do executivo tentar melhorar um pouco a qualidade do serviço que é prestado pelos diversos departamentos da Câmara e assim sendo, foram ouvidos os intervenientes e, com base no que é a Lei e naquilo que vimos fazendo e tentamos adequar as regras internas para que tivéssemos mais eficiência, eficácia e segurança nos processos administrativos que a Câmara leva a cabo e, como tal foi elaborado este documento que foi enviado a todos e que consideramos que poderá contribuir para os três aspetos que referiu e que devemos todos defender.

--- Seguidamente o ponto 8) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal de Mação.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 9) da Ordem de Trabalhos: **9) Discussão e votação de proposta de abertura de procedimento para Concessão da Exploração da Albufeira e Parque de Campismo de Ortiga.**

O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção referindo que, ao longo dos anos, tem-se vindo a reconhecer um enorme potencial turístico na zona de Ortiga e disso resultou os investimentos que, ao longo dos anos, ali

foram feitos, nomeadamente este executivo. Mais referiu que este executivo entende também que a Câmara deverá fazer os investimentos estruturais para mais tarde estarem criadas as condições para a parte privada dinamizar os territórios. Assim, talvez tenha a altura de o Parque de Campismo, também ele poder ser entregue ao sector privado. Referiu ainda que se verificou, nos últimos dois verões que a praia fluvial de Ortiga foi um local muito frequentado e entendemos que houve um virar de página, tendo todos ficado muito agradados com as dinâmicas que ali foram surgindo e julgamos que, com os investimentos que ali foram feitos e já referidos, o Parque de Campismo, juntamente com a praia fluvial poderão ser atrativos para algum empresário deste sector que queira ali desenvolver a sua atividade. Posto isto, o executivo tentou encontrar uma solução que reunisse as necessidades e o potencial da praia fluvial e potenciase os investimentos municipais feitos ao longo dos anos naqueles locais e que possam tornar estes espaços mais atrativos e que também ali possam ser realizadas atividades económicas lucrativas. Referiu ainda que, neste procedimento tiveram de ser salvaguardados certos aspetos, de forma a ser salvaguardado o Parque de Campismo pois o mesmo tem um regulamento que tem de ser cumprido, tem campistas permanentes e uma série de situações que foram, todas elas, salvaguardadas de modo a que o nível de qualidade do serviço que tem vindo a ser prestado e que é reconhecido pelos utentes do Parque se mantenha, bem como os acordos existentes. Pretende-se criar mais valias com a concessão dos dois espaços, em conjunto, para que as sinergias de uma gestão conjunta possam tornar os dois espaços ainda mais atrativos.

--- A vogal Cláudia Cordeiro iniciou a sua intervenção referindo que esteve a ouvir a apresentação feita pelo Sr. Vereador Vasco Marques com muita atenção, a tentar perceber, mas confessa que não consegue encaixar, apesar de toda a explicação, talvez seja uma questão de decisão ideológica, a questão do privatizar, não sabe se será, o que sabe é que há alguma coisa que não faz sentido e que não consegue encaixar. Mais referiu que nunca irá concordar com uma proposta que considera altamente penalizadora para uma freguesia que, ainda há pouco foi dito, tem um enorme potencial turístico e isto é sempre dito, amanhã vão-se inaugurar os Passadiços, recentemente abrimos o Espaço Museológico, com todo o esforço financeiro que a Câmara fez e, vamos

privatizar o Parque de Campismo. Mais referiu que estamos no Auditório do Centro Cultural Elvino Pereira e isto não encaixa dentro de si, pois falamos que temos ali uma linha de caminho de ferro, temos um potencial turístico reconhecido, amanhã vamos inaugurar os Passadiços, a própria Câmara já falou até no plano de fazer um outro Parque de Campismo no concelho e então, mas porque é que vamos privatizar aquele? Não entende. Continuou referindo que talvez seja por ter uma visão romântica das coisas, mas de tudo aquilo que tenta perceber que seja a intenção da Câmara nesta decisão não lhe faz sentido e não consegue concordar. Referiu ainda que concorda em absoluto com o que disse o Sr. Vereador Vasco Marques sobre os últimos dois anos, que efetivamente foram muito bons em Ortiga e não lhe passa ao lado disso também se dever à excelente qualidade da pessoa que esteve responsável pelo Bar da Praia Fluvial, pois nem sempre foi assim e nós temos esta noção e o executivo tem esta noção ainda melhor que nós e sentiu-se também no Parque e, nos momentos em que não foi assim tão bom, quem é que acabou por aguentar aquela praia e quem é que foi conseguindo fazer aquela gestão? Foi a presença do Parque e o facto do Parque ser um espaço em que a Câmara estava ali e nós, na Barragem, sentimos que é a Câmara que está ali e “tirar isso de lá”, porque fica sempre a sensação que nos estão a tirar a Câmara de lá. Referiu ainda que sabe que a sua intervenção é muito romântica e que vai ser acusada dessas coisas todas, mas, sinceramente, esteve com muita atenção à intervenção do Sr. Vereador Vasco Marques e as coisas, simplesmente não encaixam.

---- O vogal Duarte Marques iniciou a sua intervenção referindo que considera haver aqui uma diferença de conceitos e talvez um mal entendido, pois a Câmara não vai privatizar o Parque de Campismo, a Câmara vai fazer o que fez com o Bar da praia fluvial e que correu bem e aquilo que se vai fazer é uma concessão do Parque de Campismo de Ortiga para ele ser, à partida, ainda melhor. Continua referindo que a Câmara toma esta decisão porquê? Porque não quer continuar a gerir diretamente o Parque de Campismo? Porque acha que o desafio é tão grande que está na hora de passar aquele desafio a alguém especializado e com capacidade de criar mais sinergias e fazê-lo ter mais gente ainda? Ou está na altura de, agora que já tem alguma rentabilidade, pode ter alguém a querer concorrer, até mesmo alguém de Ortiga, criar uma

nova empresa, criar emprego, ou mesmo uma associação pode passar a gerir o Parque de Campismo, ou seja, nós não podemos ter duas visões da mesma coisa quando elas são iguais, nós não somos contra que hajam concessões em determinados serviços, não podemos ficar tão preocupados quando elas existem em áreas que já se provou, em outros concelhos do país, até comunistas, onde os Parques de Campismo são geridos por entidades privadas, altamente especializadas nisso e isso traz mais atividade, mais eficiência e sobretudo, traz uma rede brutal que nos traz cá mais gente e, se essas são as razões, a bancada do PSD está de acordo com esta proposta. Termina frisando que o que está em causa não é uma privatização, mas sim uma concessão.

--- O vogal José António Almeida iniciou a sua intervenção referindo que todos queremos que aquele espaço funcione bem e que funcione cada vez melhor. Continuou referindo que conhece muito bem quem esteve na abertura mais ou menos profissional do Parque de Campismo, que montou aquele modelo que lá está e, como tal tem um carinho especial pela forma como as coisas ali se desenvolveram e parece-lhe que a Câmara não consegue ir até onde devia ir, isto é, não consegue ter aquele espaço como ela própria gostaria de ter porque as exigências que lhe são solicitadas, a Câmara muitas vezes não tem meios para as desenvolver. Mais referiu que também não consegue ouvir a palavra privatização, mas não é de uma privatização que se trata, mas sim de uma experiência que pode ser remetida se não correr bem, que é encontrar alguém que prove que é capaz de concretizar naquele espaço o potencial que ele tem e estamos a falar de algo que sempre a Ortiga e o Concelho de Mação quis ligar muito bem, que é toda aquela área do Parque de Campismo e Albufeira da barragem e tudo aquilo exige grande responsabilidade e considera que, com este modelo, se for bem concretizado, se forem garantidas as salvaguardas que devem ser garantidas, pensa que não corremos risco nenhum de estar a tirar qualidade ao espaço, pelo contrário, abre-se uma janela de oportunidade de melhorar aquele espaço.

--- A vogal Carla Loureiro iniciou a sua intervenção referindo que leu os documentos com atenção e não conseguiu encontrar no mesmo a questão de que o regulamento do Parque de Campismo tem de se manter e a tabela de preços não se pode alterar. Mais referiu que também não encontrou o valor e

questiona se este concurso não tem um valor. Continuou referindo que existe uma parceria com a Junta de Freguesia para limpeza daquela área, que agora lhe parece estar incluída neste processo, inclusivamente as casas de banho de apoio ao bar fazem parte do que a Junta de Freguesia limpa e afinal o concessionário também devia limpar. Também está escrito no documento que essa parceria será revista e, em algum momento, se bem que a Junta de Freguesia não tem de dizer se quer ou se não quer porque o Parque de Campismo é da Câmara, mas, houve alguma vez alguma conversa no sentido de resolver algum problema que tivesse acontecido no Parque, que não quer dizer que evitasse esta situação, mas que fosse feita de outra maneira. Mais referiu que se pensa fazer um Parque de Campismo no Carvoeiro e questiona se também se pretende concessionar e pretende-se também concessionar a praia fluvial de Cardigos? Termina solicitando informação sobre se já se pode chamar praia fluvial de Ortiga, pois durante algum tempo a mesma deixou de ser por causa de problemas com a água.

--- O Sr. Vereador Vasco Marques inicia a sua intervenção referindo que não irá responder às questões relacionadas com Carvoeiro ou Cardigos pois não são o assunto em discussão e não está preparado para isso neste momento, terá todo o gosto em responder noutra ocasião. Mais referiu que existe um protocolo anual com a Junta de Freguesia de Ortiga que tem corrido muito bem, e agradece mais uma vez ao Sr. Presidente da Junta de Ortiga, e a mesma tem colaborado na concessão da praia fluvial e no espaço público que vai desde a linha do comboio até à porta do Parque de Campismo e esse espaço continua a ser público e nada mudou em relação a isso e o que é dito no documento é que, nos próximos protocolos esta questão será sempre salvaguardada com cada um dos intervenientes, conforme foi feito no passado. Relativamente às intervenções da vogal Cláudia Cordeiro e do vogal Duarte Marques, referiu que partilha um pouco do que a vogal disse pois também sente aquele espaço mas não estamos a falar de privatização, estamos a abrir uma porta para os privados, se quiserem fazer mais, a Câmara criou as condições e isto é um concurso, poderá aparecer alguém que tenha capacidade para fazer algo que a Câmara não é capaz de fazer, mas pode também não aparecer ninguém. Mais referiu que esta concessão é por 5 anos e isso tem a ver com os investimentos que terão de ser feitos e que serão

consideráveis, nomeadamente no bar e daí os 5 anos, no entanto, não vê que seja um problema e, como disse o vogal José António Almeida, se os níveis de qualidade ficarem a baixo do expectável, há mecanismos para interromper a concessão pois a Câmara quer que seja igual ou melhor do que o que existe a nível de qualidade. Relativamente ao valor, informou que não há um valor mínimo pois a Câmara quer mesmo é que aquele local, o conjunto das duas partes, dessem um passo em frente e a Câmara não está a contar com o que vai receber da renda para o seu orçamento, quer é que aqueles espaços sejam dinamizados e que se crie ali um novo potencial e uma mais valia para o território do concelho. Em relação a ser praia fluvial ou não, tem a ver com um processo que está a decorrer junto da APA, para licenciamento, a Câmara tem de ter um histórico e uma série de documentação que é exigida e está-se a trabalhar nesse processo para submeter à APA para que a albufeira de Ortiga seja classificada novamente como praia fluvial.

--- Seguidamente o ponto 9) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com oito votos contra, autorizar o início do procedimento nº 14/2022 – Concessão da Exploração da Albufeira e Parque de Campismo de Ortiga, aprovar o Edital, a minuta do Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 10) da Ordem de Trabalhos: 10) **Discussão e votação de proposta relativa a Transferência de Competências na área da Ação Social.**

O Sr. Presidente informou que a Câmara aprovou, por maioria, uma proposta que, na altura ainda não tinha sido publicado o Decreto-Lei nº 23/2022, de 14 de fevereiro, que prevê a possibilidade de serem prorrogadas as transferências de competências na área da Ação Social até 31 de dezembro de 2022 e, aquilo que a Câmara propõe é que esta transferência de competências não seja assumida agora no dia 1 de abril de 2022 porque entendemos que não há condições para o efeito, considera que ainda há questões que convém serem conversadas e, a exemplo daquilo que tem sido a nossa prática relativamente a outras matérias, propomos que a Câmara não aceite esta transferência, como grande parte dos municípios de que tem conhecimento não o irão fazer devido à sensibilidade que esta área tem, pelos cuidados que são necessários ter e porque, claramente, não estão reunidas as condições como, de uma forma

implícita, o Governo reconheceu ao proporcionar a possibilidade de somente entrar em vigor a 1 de janeiro de 2023, esta obrigatoriedade.

--- Seguidamente o ponto 10) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com nove votos contra, não aceitar a transferência de competências para a Câmara, na área da Ação Social.

--- O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 11) da Ordem de Trabalhos: **11) Discussão e votação de proposta relativa a Transferência de Competências na área da Saúde.**

O Sr. Presidente referiu que, quer no caso da transferência de competências na área da Saúde, quer na área da Educação, o ponto seguinte, a Lei determina que a Câmara assuma as competências no dia 1 de abril de 2022, em todo o caso, aquilo que aqui propomos é que quer num caso, quer noutro, essas competências não sejam assumidas, se houver essa possibilidade.

Relativamente à área da Saúde, se assim for o sentido de voto da Assembleia, não assinará o Auto de Transferência que lhe foi proposto e que é uma coisa perfeitamente inconcebível sobre todos os pontos de vista. Mais referiu que, começando pela área da Saúde, não há da parte da ARS uma sustentabilidade minimamente adequada para que nós possamos assumir estas competências, aliás está aqui a resposta da ARS à carta que tinha escrito, há cerca de dois anos, onde vêm coisas interessantíssimas como o facto da resposta ser, relativamente aos Assistentes Operacionais, que são dois pois são os que estão no quadro e os outros, que não dizem quantos são, só agora é que entraram para os quadros da ARS, mas que não há problema e que eles se mantêm em funcionamento mas não há nenhuma garantia no Auto de Transferência que se mantêm em funcionamento nas Extensões de Saúde em concreto, a Extensão de Saúde, ao fim de 15 anos, não está regularizada e não podem fazer a transferência daquela unidade uma vez que não têm titularidade sobre a mesma e a Extensão de Saúde de Amêndoa, nem sequer falam dela, onde não há contrato estabelecido com a Junta de Freguesia, não tendo chegado a acordo com a Junta de Freguesia e, portanto dizem que tem de sair do processo porque demora dois anos a fazer um contrato com a referida Junta. Mais referiu que é este, mais ou menos, o estado da arte, relativamente a esta matéria, a que acresce que os valores indicativos são os valores de 2018 e os espaços verdes, quer em Cardigos, quer em Mação, não nos

querem pagar, uma vez que nunca gastaram dinheiro com os mesmos. Informou que foi transmitido na reunião que se realizou no dia 1 de fevereiro para não estarmos muito preocupados porque se a Câmara não aceitar o Auto de Transferência, eles continuarão a assegurar os serviços para os utentes. Considera que não há condições para assinar o Auto de Transferência e ficamos a aguardar o desenrolar da situação, mas se fomos obrigados a assumir, claro que não deixaremos de o fazer.

Relativamente à área da Educação, aquilo que sabe é aquilo que todos sabem com esta documentação que foi entregue a todos, que foi o que veio e, supostamente, dia 1 de abril teremos de assumir a transferência de competências nesta área. Mais referiu que cada um faça a análise deste processo e se consideram que esta é a forma de tratar este assunto, que envolve centenas de milhares de euros e, nesta área, nem sequer houve uma única conversa sobre este assunto, portanto considera que não há condições também para aceitar estas competências.

---O vogal Duarte Marques iniciou a sua intervenção referindo que já disse mais do que uma vez que este processo de descentralização é desejado, é importante, é provavelmente fundamental, mas é feito com os pés. Mais referiu que não precisa de perguntar à Câmara porque é que está contra esta descentralização de competências, porque está de acordo e já avisou várias vezes que os Presidentes da Câmara que as aceitarem estão a criar uma responsabilidade sobre eles que, no futuro vão pagar muito caro e até sugeriu que as Câmaras Municipais denunciasses isto em Tribunal. Continuou questionando a bancada do PS sobre a sua posição e que dissessem porque é que a Câmara deve aceitar esta descentralização nestas três áreas, quando o próprio Governo reconhece, em alguns casos, que isto está mal feito. Deixa a questão sobre se a bancada do PS está ao lado das pessoas de Mação ou ao lado do Partido Socialista e do Governo.

---O vogal José António Almeida iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente à área da Educação, acompanhou o processo com muita proximidade e a sua posição é baseada em factos, nomeadamente a comunidade educativa nem quer ouvir falar em transferência de competências e não consegue ver nenhuma mais valia na forma como a proposta está feita e nada tem a ver com o facto de ser Diretor do Agrupamento pois está no seu

último mandato e não pode voltar a exercer aquelas funções, tem a ver com a garantia de qualidade e de agilidade no funcionamento da própria instituição. Mais referiu que a primeira coisa que vai acontecer, se isto se concretizar, é o Agrupamento deixar de ter orçamento, ficando dependente do Presidente da Câmara e do executivo as opções pedagógicas que o Agrupamento faça porque se concretizam materialmente nas autorizações que vai ter e jamais poderão contar com o seu voto favorável numa brincadeira deste tipo e não consegue encontrar razões factuais, porque na área da Educação o que nos interessa são aprendizagens, para que esta proposta melhore uma única aprendizagem aos jovens do nosso concelho e dos outros todos, por isso está com o Sr. Presidente da Câmara pois não estão criadas condições para que se assumam estas responsabilidades.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção referindo que a atitude da bancada do PS é um ato de coerência pois, sempre defenderam aqui que a Câmara recebesse gradualmente essas competências, que fossem gradualmente aceites uma vez que já perceberam que não vai haver retorno. Mais referiu que acha que está provado que, nalguns sectores, se for a Câmara a fazer, a população do concelho de Mação fica mais bem servida, não tem dúvidas disso, como também não tem dúvidas que esta Lei nasceu torta e quem nasce torto, tarde ou nunca se endireita e, portanto há muito caminho a percorrer mas considera que a Câmara poderia dar aqui um sinal positivo, ir recebendo gradualmente porque a população do concelho de Mação tinha a beneficiar com essa concretização por parte da Câmara e a Câmara poderia aproveitar para ir negociando, gradualmente, mas ir negociando. Referiu ainda que, estas situações que aparecem mal colocadas, estas situações que não são corretas, poderiam ser discutidas com o Governo para aceitar pois mais cedo ou mais tarde isto vai passar e a Câmara até já faz, e bem, determinadas coisas que não são da sua competência e por isso, não tem dúvidas que sendo feito, localmente, pela Câmara Municipal, a população ficaria muito mais bem servida e, por isso é que a bancada do PS sempre defendeu que estas competências, a serem transferidas, não deveriam ser transferidas num todo, mas sim gradualmente para a Câmara se poder ir adaptando e, com umas, ir negociando as outras.

---O vogal Duarte Marques referiu que não há maior reconhecimento da qualidade desta Câmara e deste executivo do que aquele que o vogal José Fernando Martins acabou de fazer e é bom que o faça mas o que o PS não foi capaz de fazer foi de responder porque é que este acordo, tal e qual como está deve ser aceite em Mação, porque ninguém está aqui a por em causa a necessidade de descentralização, a necessidade de passar estas competências para os municípios e, sobretudo, ninguém está a por em causa a melhoria que poderá haver nesses serviços mas se o Estado continuar a receber os mesmos impostos e a passar responsabilidades para as Câmaras, as mesmas vão deixar de fazer algumas coisas que fazem hoje para poderem fazer aquelas que o Estado deixa de fazer, não recebendo mais por isso. Referiu ainda que é uma questão de responsabilidade, não é uma questão ideológica nem de gosto, é uma questão de aceitar em descentralizar e não há aqui descentralizar aos bocadinhos, quando o pacote vier, vem todo e a posição de força da Câmara será maior se o PS estiver ao nosso lado para garantir que o acordo que vem para Mação é melhor do que aquele que está em cima da mesa porque isto é para sempre, é para ficar e por isso era melhor demorar mais um pouco mas fazer as coisas bem feitas porque nós estamos de acordo com a descentralização mas não assim, porque assim é errado.

--- O Sr. Presidente referiu quem ninguém, nesta sala, é contra a descentralização, o que não é correto é o Estado, tantas vezes cioso da fiscalização, do controle, nomeadamente sobre as autarquias, com tudo sempre tão direitinho, fazer um processo desta natureza e desta forma tão pouco cuidada, que demonstra um total desrespeito para com os municípios e as Câmaras Municipais, com esta coisa que somos obrigados a assumir, porque, quando as coisas forem formalmente passadas para as Câmaras Municipais, se hoje a Câmara já é chamada a assumir responsabilidades, sem as ter, depois quando passar a ter, as coisas vão começar a ficar mais complicadas. Mais referiu que é bom que os membros desta Assembleia e os futuros membros da Câmara tenham consciência de que tudo isto se vai pagar e se vai pagar caro porque, evidentemente, o Estado também tem interesse, em termos centrais, que isto passe para as autarquias pois sabe muito bem que se vai desonerar de muitas responsabilidades e todos devemos ter esta consciência.

--- Seguidamente o ponto 11) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com nove votos contra, não aceitar a transferência de competências para a Câmara, na área da Saúde.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 12) da Ordem de Trabalhos: **12) Discussão e votação de proposta relativa a Transferência de Competências na área da Educação.**

Como a discussão foi feita no ponto anterior, o Sr. Presidente da Mesa colocou o ponto 12) da Ordem de Trabalhos à votação, tendo sido aprovado por maioria, com nove votos contra, não aceitar a transferência de competências para a Câmara, na área da Educação.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 13) da Ordem de Trabalhos: **13) Análise de pedido de alargamento de área construtiva – Outeiro da Forca**

O Sr. Presidente informou que este assunto foi aqui trazido pois considera que é bom que a Assembleia Municipal tenha conhecimento do pedido e de uma decisão que a Câmara tomou, no sentido de poder ceder e contribuir para a instalação de uma empresa da área da cannabis, nos terrenos junto ao Outeiro da Forca, em Mação. Mais informou que foi feito um contrato de direito de superfície, que não dá a titularidade do terreno à empresa em causa e foi feito outro contrato com outra empresa na área do sector agro - alimentar, nomeadamente produção de presuntos e prevemos que, naquele local possam haver estas duas unidades industriais. Informou ainda que, acontece que, no decorrer do processo, esta empresa, que é de Mação, solicitou a disponibilização de mais área para conseguir concretizar este investimento que a Câmara considera importante para o Concelho e tendo em conta o enquadramento daqueles terrenos e a informação do arquiteto da Câmara é explícita, aqueles terrenos e aquela urbanização, quando foi construída, não tinha esta finalidade e foi entendimento da Câmara, passados mais de 20 anos e com o evoluir das coisas e aquilo que se perspetivava na altura não é aquilo que se deve perspetivar, achamos por bem trazer aqui à Assembleia Municipal este assunto, para conhecimentos de todos e para que, no futuro se venha a legar desconhecimento de algo que pode ter algum impacto naquela zona, apesar das salvaguardas e das garantias que aqui estão refletidas e, evidentemente tudo isto só se realizará, pelo menos nesta área construtiva, se

o PDM o vier a permitir. Referiu ainda que, por um lado é uma ótima notícia para o concelho mas, por outro lado tem alguns impactos que não se devem escamotear e, por isso queria que a Assembleia Municipal tivesse conhecimento.

--- O vogal Duarte Marques referiu que compreende a oportunidade e a necessidade que Mação tem de ter cada vez mais empresas e questiona se o investidor não teve mais nenhuma alternativa para além dessa porque, de facto não será a localização mais desejável, mas se for a única possível, obviamente que é bem aceite.

--- O Sr. Presidente informou que, evidentemente que a Câmara tentou e continua a tentar e, é provável até que venha a conseguir uma nova localização e, quer para um caso, quer para outro, o que a Câmara fez foi a sua obrigação de ser facilitadora para que as coisas se realizem pois como o vogal Duarte Marques sabe muito bem, os processos de licenciamento junto do Infarmed necessitam de uma localização e era necessário encontrar essa localização num espaço curto de tempo e esta foi a solução que conseguimos com alguma rapidez para que a empresa pudesse pedir pré licenciamento junto do Infarmed. Mais informou que poderá haver alternativa de localização para ambas as unidades industriais mas queria que a Assembleia estivesse informada do processo.

-----ENCERRAMENTO-----

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vai ser assinada na forma legal.

